imaginárias das distintas culturas que se renovam através dos tempos.

O processo artístico de ensinar arte é enfrentar muitos desafios, é ser capaz de comprometer-se em refletir as questões sociais, ecológicas e culturais. Perante questões tão complexas como o autismo, a arte e a educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC / SEF. 1997.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 74, p.: il – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 1991.

COLL, C., PALACIOS, J, e MARCHESI, Á. Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CUNHA, Eugênio. Austismoe Inclusão: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

GAUDERER, E. Christian.Autismo. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

KANNER, Léo. Austitic.Distrurbances of Affective Contact. Nervous Child, 2:217-250 (1943).

ORRÚ, Silva Ester. Autismo: o que os pais precisam saber? Rio de Janeiro: Wak. Editora, 2011.

DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTUDO DA LEGISLAÇÃO

ELISÂNGELA BRITO PERIN DE AQUINO

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo realizar um levantamento histórico sobre a inclusão social e a deficiência no Ensino Fundamental. Enfatizar a importância do currículo escolar bem como as adaptações escolares com o Projeto Político Pedagógica da escola. Identificar a importância do papel do professor em sala de aula e a relação da família do aluno com deficiência. Traçar um paralelo sobre as deficiências e suas características, elucidar a legislação vigente sobe a inclusão e atendimento educacional para todos.

Palavra-chave: Inclusão social. Deficiência. Ensino Fundamental

ABSTRACT:

This article aims to carry out a historical survey on social inclusion and disability in elementary education. Emphasize the importance of the school curriculum as well as school adaptations with the School's Political Pedagogical Project. Identify the importance of the teacher's role in the classroom and the relationship

of the student's family with disabilities. Draw a parallel on the deficiencies and their characteristics, clarify the current legislation on inclusion and educational assistance for all.

Keyword: Social inclusion. Deficiency. Elementary School

1. INTRODUÇÃO:

Podemos dizer que a discussão sobre inclusão já ultrapassou o restrito espaço da vida acadêmica, reservada a uma pequena parcela da população, para ser um dos temas com grande repercussão na mídia e, portanto, acessível a milhares de pessoas, diariamente. Isso é um ganho, pois cada vez mais um maior número de pessoas pode compreender o conceito e investir em ações para sua efetivação.

A educação tem valor fundamental na vida de todos nós, seres humanos, pois por meio dela e com ela desenvolvemos a autonomia e a independência, entramos no mundo da leitura e da escrita aprendendo a decifrar os códigos alfabéticos e numéricos e nos tornamos participantes ativos da cultura na qual estamos inseridos.

O modelo da inclusão escolar, que tem suas bases em sócioconstrutivistas, defende em relação ao aluno com necessidades educativas especiais "o seu direito e sua necessidade de participar, de ser considerado comomembro legítimo e ativo no interior da comunidade". (JIMENEZ, 1997, p. 24)

Nesse sentido, a educação sempre será o alicerce para crescimento e a estruturação do indivíduo, e o direito a essa conquista está assegurado e expresso em várias leis que regem nossas vidas, apesar de sabermos que foi longa e dura a trajetória nessa busca, principalmente para aqueles subjulgados ao poder exercido pelas minorias que sempre dominaram a sociedade.

Formar uma rede social de apoio à inclusão é tarefa de todos. A responsabilidade pela tarefa educativa em processos inclusivos é competência primordial da escola. Para tato é necessário que os profissionais da educação disponham das informações e estratégias capazes de viabilizar tal processo no cotidiano das escolas. Compreender aspectos históricos e políticos de políticas púbicas e legais para auxiliar nesta tarefa.

A elaboração deste projeto partiu da necessidade de se considerar a igualdade entre os alunos em idade escolar, no que se refere a inclusão e a deficiência no Ensino Fundamental.

Atualmente, cada vez mais a sociedade em geral e do conhecimento, em particular, apresenta demandas educativas na área de inclusão de portadores de necessidades especiais, que requerem profissionais com uma formação específica nesta prática. A deficiência não está dada inicialmente, mas é "(...) uma categoria historicamente construída (...) que engloba, portanto, sujeitos que possuem características pessoais que, conjugadas às construídas nas e, até mesmo, produzidas pelas exigências sociais, interferem no seu processo de humanização" (BUENO, 2004, 69).

Estas novas necessidades educativas têm gerado, por sua vez, novos âm-

bitos e contextos educativos, diferentes dos convencionais, nos quais se tornam necessárias intervenções educativas especializadas dirigidas por profissionais com competências específicas. Competências com as quais as pessoas recém-formadas geralmente não contam; e, principalmente, aquelas que não concluíram uma formação pedagógica.

O processo de inclusão caracteriza-se pelo movimento feito pela sociedade a fim de adaptar-se para poder introduzir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Freire (1985, p.19) afirma que:

"O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade de cujas águas os homens verdadeiramente comprometidos ficam molhados, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experenciá-lo, num ato que necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros".

A inclusão escolar deve ser um processo no qual haja o respeito às diferenças, onde se desvele os limites segregadores da padronização e homogeneização, no sentido de construir uma cultura na qual a diferença tenha espaço para expressar e interagir, aprendendo e ensinando, produzindo novas concepções e novos conhecimentos. "O movimento pela inclusão questiona todas as práticas e políticas educacionais que estiverem vigentes por muitas décadas, e defende que todos os alunos sejam incluídos em classes regulares, na qual tenham todas as suas necessidades educativas reconhecidas e atendidas. A educação inclusiva é um processo que, se bem planejado e executado, irá beneficiar não apenas as pessoas que apresentam necessidades especiais, mas todos os alunos da escola" (MICHELS, 2006, p 04)

Avançando na discussão do papel da escola, da educação, e, sobretudo, da presença do professor, enquanto elo no processo ensino-aprendizagem, conduzindo a consciência da cidadania, a inclusão só terá êxito com seu total engajamento profissional, pois este deve aceitar e entender o processo de inclusão, para que este realmente possa se concretizar.

Segundo Nogueira (2001, p.120):

"Para sua prática, se faz necessária uma postura aberta para tudo e para todos, aberta aos seus saberes e aos seus não saberes. Exatamente este é o grande problema: 'estar aberto aos seus não saberes'. Sem a postura de humildade e reconhecimento de seus não saberes, diante dos seus pares, o professor não se dispõe a realizar trocas com os demais especialistas".

Na tentativa de oferecer um ensino qualificado aos alunos integrados, os professores precisam adquirir novas habilidades para trabalhar com todos os alunos de diferentes contextos sociais. Sendo assim, inevitável um processo de transformação profissional, onde os professores têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades numa atmosfera de coleguismo, colaboração e apoio de um aos

outros, aprimorando continuamente seus conhecimentos.

O presente trabalho justifica-se na tentativa de incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir da compreensão de que é ela que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros, eliminando barreiras existentes para que as pessoas deficientes possam ter acesso aos lugares, serviços e a bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

A inclusão, enquanto novo paradigma, alavanca a escola, que com novas implicações educativas, deverá acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e culturais.

As adaptações curriculares que ocupam o espaço escolar propriamente dito, mas não de forma exclusiva, realizam-se em três níveis: no âmbito do Projeto Pedagógico, no currículo da sala de aula e no currículo individualizado, conforme previsto em documento do MEC [BRASIL, 1999] e dentre as leis vigentes educacionais.

A compreensão dos diferentes tipos de lei que regem a vida dos cidadãos brasileiros e de sua hierarquia é fundamental para que os princípios gerais consubstanciados em nossa carta maior, a Constituição Federal de 1988, não sejam desrespeitados. A legislação dos estados e municípios deve se orientar pelas leis federais maiores.

O presente estudo tem como objetivo elucidar as Políticas Educacionais e a Legislação Vigente educacional. No capítulo I propõe estudos sobre o conceito de política e política educacional, procurando destacar as condições para a implementação de políticas que preservem os valores democráticos e, por conseguinte, sejam concordantes com a ideia de cidadania. Compreender o Direito Educacional e sua abrangência na Inclusão.

No âmbito da sala da aula, as adaptações curriculares são realizadas pelo professor e destinam-se principalmente à programação das atividades a serem aplicadas. Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógico e destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo que favoreçam a efetiva participação e integração do aluno, bem como a sua aprendizagem.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste projeto adotamos a pesquisa bibliográfica onde investigaremos os principais teóricos e abordar as suas principais teorias a respeito do Direito Educacional e a Inclusão Escolar. Estudar e compreender os conceitos a respeito da temática através de referências elaborados pelos teóricos e estudiosos sobre o tema e ainda publicações, leitura analítica, fichamento, ficha de resumo e ao final a elaboração da pesquisa e formatação do artigo.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Ao tratarmos de alguns aspectos das políticas publicas referentes à Educação Especial, vimos que há algumas previsões para o atendimento do educando com necessidades educacionais especiais,

entre as quais podemos destacar os "currículos específicos para atender às suas necessidades"[Art. 59, LDB, 1996]

Embora muitos teóricos tenham debruçado sobre a questão dos currículos, e sobre as diversas dimensões que o mesmo comporta, no âmbito do nosso interesse vale destacar que o mesmo "contém as experiências, bem como a planificação destas", e que "se relaciona com princípio e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação" [BRASIL, 1998, p.31].

A consolidação de um projeto de Educação Inclusiva faz-se mediante ações e instrumentos que o viabilizam; um deles é imprescindível: o currículo. Mesmo que muito se tenha feito em relação á questão da inclusão, as posições sobre como se faz, incluindo as questões relativas ao currículo, ainda hoje, estão longe de ser consenso, seja entre pesquisadores, educadores, entre as famílias ou a própria pessoa envolvida.

O currículo, como expressão de uma dada cultura, deve refletir o que uma sociedade deseja em termos de educação para os seus membros. Assim, entendido como recurso para promover a aprendizagem de todos, devem considerar alguns aspectos conforme os apontados: a atitude favorável para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender as diferenças individuais dos alunos; a identificação das necessidades especiais para justificar a priorização de recursos e meios e, a possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio, e outros, não convencionados para favorecer o processo educacional [BRASIL, 1998, p.32]

O currículo que é planificado no âmbito da escola tem como objetivo potencializar o desenvolvimento, a aprendizagem e a capacidade de convivência produtiva e construtiva na sociedade. Expressa e busca, ainda, concretizar as intenções de uma dada sociedade e de um sistema de ensino, devendo ser construído a partir do projeto pedagógico, visando à sua operacionalização, orientando as atividades educativas e definindo suas finalidades.

Com relação às adaptações curriculares no Projeto Pedagógico exigem a flexibilidade de objetivos gerais, priorizando, sequenciando e eliminando os objetivos específicos que não são adequados ao aluno especial; permitem, além disso, mudanças de critérios e procedimentos pedagógicos, favorecendo e estimulando a diversificação de técnicas, procedimentos e estratégias de ensino, como também propiciam discussões, medidas diferenciadas e de avaliação. Faz-se necessário, portanto, que ocorram avaliações do contexto, o qual interfere no processo pedagógico e auxilia na avaliação diagnóstica do aluno com necessidades educacionais especiais, com apoio dos setores do sistema e outras instituições, as evitando a transferência do atendimento pedagógico para profissionais fora do contexto da escola.

As metodologias e procedimentos, então consideram o nível de compreensão, os sistemas de comunicação utilizados e favorecem dessa forma a experiência, participação e expressão. O planejamento é organizado visando ao atendimento das necessidades e com previsão de atividades que envolvam diferentes tipos de agrupamento, propiciando atitudes

de ajuda mútua. Nesse contexto, objetivos devem ser acrescentados, eliminados ou adaptados para atender as peculiaridades individuais e grupais da classe.

Mantoan [2004/2005]:

"Toda adaptação escolar predefinida pelo professor ensina o aluno a ser dependente, limitado, reativo, negando-lhe a oportunidade de construir conhecimentos, segundo as suas capacidades

[...].Baseados nos propósitos e procedimentos de ensino que decidem 'o que fala' [...] a adaptação funciona como um processo regulador externo de aprendizagem. [p.14].

[...] quando adaptamos currículos, selecionamos atividades e formulamos provas diferentes para alunos com deficiência e/ou dificuldade de aprender, interferimos de fora, submetemos esses alunos ao que supomos que eles sejam capazes de avançar, de se desenvolver, e assim perpetuamos o ensino segregado, a discriminação e a diferenciação pela deficiência [...] [p.14].

Na versão inclusiva, a adaptação é testemunho de emancipação intelectual e conseqüência do processo de auto-regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que se já se conhece". [p.15].

Apesar das discussões, o que é bastante salutar, dos consensos e dissensos, a maior importância deve ser dada à questão curricular. Embora muitas questões estejam em debate, outras já se consolidaram como norteadoras e capazes de favorecer a ampla gama de alunos na trajetória da sua escolarização. Conforme apontou Maria Rosa Blanco Guijarro [2005] ao indicar as mudanças no âmbito escolar das políticas e dos sistemas educacionais para avançar em direção às escolas mais inclusivas o currículo deve ser:

"[...] amplo e flexível que se possa diversificar e adaptar às diferenças sociais, culturais e individuais. O currículo tem de ser significativo e pertinente para todos os alunos e alunas e não somente àqueles das escolas e culturas predominantes. Isso significa uma aprendizagem básica para todos, e adaptar e diversificar o currículo para dar resposta à diversidade de necessidades educacionais do aluno". [p.12]

Pensar em estratégias e adaptações curriculares nos leva, então, a perguntas fundamentais, como: quais são os nossos educandos, qual o seu projeto de vida e o que uma instituição como a escola pode contribuir para a formação e delineamento desse projeto. Tais questões são pertinentes e devem anteceder às decisões sobre o currículo, pois, afinal, é o currículo a resposta educativa por excelência para a formação do educando.

4. A INCLUSÃO NA ESCOLA

As adaptações curriculares que ocupam o espaço escolar propriamente dito, mas não de forma exclusiva, realizam-se em três níveis: no âmbito do Projeto Pedagógico, no currículo da sala de aula e no currículo individualizado, conforme previsto em documento no MEC [BRASIL, 1999] e contemplado abaixo.

Com relação às adaptações curriculares no Projeto Pedagógico deve-se focalizar, principalmente, a organização es-

colar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais para que as adaptações possam ocorrer na sala de aula e individualmente, se for o caso.

As adaptações curriculares no Projeto Pedagógico exigem a flexibilização de objetivos gerais, priorizando, sequenciando e eliminando os objetivos específicos que não são adequados ao aluno especial; permitem, além disso, mudanças de critérios e procedimentos pedagógicos, favorecendo e estimulando a diversificação de técnicas, procedimentos e estratégias de ensino, como também propiciam discussões e medidas diferenciadas metodológicas e de avaliação.

Além de contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a Educação Inclusiva favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. Todos os alunos saem ganhando ao receber uma metodologia de ensino individualizada e ao dispor de mais recursos.

Na Educação Inclusiva serão também obedecidos os princípios de igualdade de viver socialmente com direitos, privilégios e deveres iguais, participação ativa na interação social e observância de direitos e deveres instituídos pela sociedade. É exigida uma maior competência profissional, projetos educacionais bem elaborados, currículos adaptados às necessidades dos alunos, surgindo, consequentemente, uma gama maior de possibilidades de recursos educacionais. Isto significa que há necessidade dos governos manterem seus profissionais atualizados, para que se tornem capazes de desempenhar um papel fundamental na aprendizagem de seus alunos.

Este novo paradigma educacional procura fazer com que todos os alunos portadores de deficiência, independentemente do comprometimento, tenham acesso à educação de qualidade, prioritariamente, na rede regular de ensino, procurando a melhor forma de desenvolver suas capacidades.

Norteiam a Educação Inclusiva os seguintes objetivos: atender portadores de deficiências em escolas próximas de suas residências; ampliar o acesso desses alunos nas classes comuns; fornecer capacitação aos professores propiciando um atendimento de qualidade; favorecer uma aprendizagem na qual as crianças possam adquirir conhecimentos juntas, porém, tendo objetivos e processos diferentes; desenvolver no professor a capacidade de usar formas criativas com alunos portadores de deficiências, a fim de que a aprendizagem se concretize.

O modelo da inclusão procura romper com crenças cristalizadas pelo paradigma que o antecedeu: o da integração, baseado em um modelo médico, onde a deficiência deveria ser superada para que o aluno chegasse o mais perto possível do parâmetro normal, vendo os distúrbios e as dificuldades como disfunções, anomalias e patologias. Este tipo de visão tinha preceitos que segregaram as diferenças, norteando-se pelo princípio da normalização, que privilegiava aqueles alunos que estivessem mais preparados para inserir-se no ensino regular, ou seja, a tese defendida era a que quanto mais próximo da normalidade, mais o aluno estaria em

condições de frequentar o ensino regular.

Portanto, a inclusão busca derrubar este tipo de visão, defendendo a idéia de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que os alunos não são, em qualquer circunstância, capazes de construir sozinhos seu conhecimento de mundo. O processo de aprendizagem se funde na interação, a partir da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio.

Apesar de garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os professores se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes, para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade.

Para muitos professores, a inclusão é vista como uma prática positiva, tanto para o aluno portador de paralisia cerebral, quanto para os outros alunos. Esses professores nos relataram que não existe nenhuma interferência negativa desse aluno no desenrolar de suas aulas.

No entanto, ainda há muitos professores que dizem existir problemas na inclusão destes alunos, enfatizando-se dois tipos de problemas: os estruturais e os causados pelas peculiaridades dos alunos. Este é um fato que deve nos preocupar, na medida em que causa prejuízo não só à inclusão, mas no que não é falado e fica no domínio do juízo consensual.

O modelo da inclusão convida os professores a terem um olhar para cada aluno, para poderem conceder direitos iguais a todos, como nos lembra Stainback e Stainback (1999, p. 29):

se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo.

O processo de mudanças operacionais nas escolas só irá ocorrer na medida em que essas instituições reconheçam sua responsabilidade com todos os alunos, evitando haver preferências ou discriminações, dando ao professor melhores condições de trabalho e uma remuneração que evite a necessidade de se trabalhar em mais de uma escola.

Para que se realize a inclusão escolar efetiva destes alunos é necessário que haja troca de informações entre a família do aluno, a escola e a comunidade, como nos propõe Carvalho (1998, p. 193):

a operacionalidade da inclusão de qualquer aluno no espaço escolar deve resultar de relações dialógicas envolvendo família, escola e comunidade, de modo que cada escola ressignifique as diferenças individuais, bem como reexamine sua prática pedagógica. Acreditamos que, por meio de um diálogo mais efetivo de todos aqueles que fazem parte da rotina deste aluno, dentro e fora da escola, e inclusive com o próprio aluno, pois ninguém melhor do que ele para saber do que neces-

sita, é que iremos construir uma escola inclusiva e democrática.

Reconheço que já existem várias instituições de ensino superior que oferecem formação de professores com enfoque na Educação Inclusiva, tanto nos cursos de graduação quanto nos cursos de pós-graduação. Porém é de fundamental importância que haja trabalho de capacitação para os professores que já estão na rede regular de ensino, vivenciando ou prestes a vivenciar a experiência de ter um aluno portador de necessidades educacionais especiais inseridos em sua classe. Faz-se necessário, portanto, que ocorram avaliações do contexto, o qual interfere no processo pedagógico e auxilia na avaliação diagnóstica do aluno com necessidades educacionais especiais, como apoio dos setores do sistema e outras instituições, mas evitando a transferência do atendimento pedagógico para profissionais fora do contexto da escola. Para Rodrigues (2008) a escola inclusiva:

promove a heterogeneidade em lugar da homogeneidade, a construção de saberes em lugar da sua mera transmissão, a promoção do sucesso para o do sem lugar da seleção dos academicamente mais aptos e a cooperação em lugar da competição (RODRIGUES, 2008, p.11).

No âmbito da sala de aula, as adaptações curriculares são realizadas pelo professor e destinam-se principalmente à programação das atividades a serem aplicadas. Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógicas e destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes e dos conteúdos curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo que favoreçam a efetiva participação e integração dos alunos, bem como a sua aprendizagem.

A LDB Artigo 58- a educação especial é definida como “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Este termo integração já traz implícito a idéia da desintegração. "Só é possível integrar alguém que foi desintegrado do contexto social e está sendo novamente integrado“. MANTOAN (1997, p.20).

A pessoa com limitação convive socialmente com sua família, porém este convívio não se estende na escola, no clube, na igreja e nas outras áreas da sociedade porque é colocada como um ser diferente.

A escola tem o papel primordial na educação inclusiva. RABELO (1999, p.20) cita que "hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social".

Temos dois caminhos a seguir: ou saímos da rotina e buscamos inovar a prática pedagógica diante da inclusão ou ficamos discutindo que a mesma não é viável, jogando a culpa no sistema de ensino, nos ombros do governo, na família e em todos os setores da sociedade.

Na escola inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças com necessidades especiais e com distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolari-

zação o mais próximo possível do normal. Neste sentido:

O principio que rege a educação inclusiva é o de que todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças, em classes heterogêneas, com alunos da mesma faixa etária

(SCHWARTZMAN, 1999, p. 257)

A educação é o principal alicerce da vida social. Ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético-político, a solidariedade e a emancipação. No desempenho dessa função social transformadora, que visa à construção de um mundo melhor para todos, a educação escolar tem uma tarefa clara em relação à diversidade humana: trabalhá-la com fator de crescimento de todos no processo educativo.

5. LEGISLAÇÃO

A exclusão é o tema da atualidade, usado hegemonicamente nas diferentes áreas do conhecimento, é um conceito que permite usos retóricos de diferentes qualidades como a concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inadaptação individual, falta de qualquer coisa, de injustiça e exploração social.

Em 1961, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n°4.024/61 fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência, aponta o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. A Lei n° 5.692/71 altera a LDBEN de 1961, ao definir

"tratamento especial" para os alunos com "deficiência físicas mental os que encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, mas não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais".

Segundo Osório (2007, p.23), em 1973 é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Ainda não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação de alunos com deficiência, permanecendo a concepção de

"políticas especiais", não é organizado um atendimento especializado que a concepção de "políticas especiais", não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" em seu art. 3° inciso IV. Neste sentido:

(...) a constituição garante que todos tem direito à educação e ao acesso à escola. Toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão

de sua origem, raça, sexo, deficiência ou ausência dela. (SANTOS, 2004, p.06)

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n°. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino", outros documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, resolução CNE/CEB n° 2/2001, no artigo 2°, determina que:

"Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". (MEC/SEESP, 2001).

A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena.

O Decreto n 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

6. A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Para Vygostky (1998) a instituição escolar é fundamental para o funcionamento psíquico do aluno.

Por ter trabalhado, em um período de sua vida, com pessoas com deficiência, Vygotsky contribuiu para a compreensão de algumas das importantes questões atuais relativas ao atendimento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais.

Ao nascer, o indivíduo encontra-se inserido em um grupo social alicerçado nos valores culturais presentes na sociedade. A família, enquanto sua primeira referência no meio ao qual está inserido, influencia diretamente a forma como este vai incorporando o meio que o cerca, mas a sua constituição individual não se dá por mera transposição dos valores socioculturais e, sim, por um movimento denominado "apropriação".

Nessa perspectiva, o sujeito, na sua relação com o outro, se apropria, de forma singular, do conhecimento que vai se desenvolvendo num processo que é histórico. É nesse sentido que dizemos que o sujeito é constituído pelas significações culturais, que acontecem a partir do momento em que as próprias ações passam a ter significado para ele e para o outro.

Evidenciando os aspectos sociais da aprendizagem, Vygotsky preparou terreno para uma abordagem educacional que enfatizasse a interação do sujeito com o meio social para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das habilidades pedagógicas, visando ao atendimento das neces-

sidades de todos os alunos.

O ambiente escolar, como espaço social, possibilita o contato com diversas experiências, enriquecendo e ampliando o repertório cultural do sujeito. Isto referenda a proposta de assegurar a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns, pois nesse espaço é potencializada a riqueza das exposições do sujeito a diferentes situações de convívio social, cultural, linguístico, entre outros. Partindo-se desse pressuposto, é possível ressaltar que todos os alunos se beneficiam do convívio em ambientes de classe comum.

Na perspectiva 'vygotskyana', o desenvolvimento da criança está relacionado ao processo de maturação do organismo como um todo, ou seja, "a mente da criança contém todos os estágios do futuro desenvolvimento intelectual; eles existem já na sua forma completa, esperando o momento adequado para emergir" (VYGOTSKY,1999. p,26).

Vygotsky defendia que a educação é um importante plano para o desenvolvimento do sujeito e reconhecia o papel indispensável que os professores desempenham ao mediar o conhecimento para o sujeito da aprendizagem; portanto, esse conhecimento é caracterizado como produto de um trabalho coletivo.

Neste sentido, o ensino adequado é aquele que se dirige ao aprendizado do aluno que está em vias de se completar, ressaltando a importância da intervenção e colaboração de parceiros mais experientes como forma de propiciar avanços na aprendizagem do sujeito.

Esse autor reconheceu que era necessária uma teoria que enfatizasse a forma e levar a criança de seu estado atual de desenvolvimento para um ponto no futuro; assim denominou de zona de desenvolvimento proximal o espaço entre dois níveis de desenvolvimento: o nível real e o nível potencial.

A zona de desenvolvimento proximal, portanto, "refere-se ao caminho que o indivíduo vai percorrer para desenvolver funções que estão em processo de amadurecimento e que se tornarão funções consolidadas, estabelecidas no seu nível de desenvolvimento real" (BRASIL, 2005, p. 86).

De uma maneira geral, o desenvolvimento deve ser olhado de maneira prospectiva, ou seja, um olhar para as potencialidades e não de maneira retrospectiva, como forma apenas de constatar aquilo que a criança já sabe fazer sozinha.

Daí a importância da intervenção pedagógica, segundo as concepções de Vygotsky sobre o desenvolvimento, pois a atuação intencional do adulto é essencial na promoção do desenvolvimento do sujeito.

O docente deve aplicar atividades significativas e eficientes em termos dos objetivos que pretende alcançar e que permitam a estruturação e a ampliação do conhecimento, é imprescindível que desenvolva o hábito de registrar, através de diários ou relatórios, as descobertas dos alunos: suas hipóteses, seus interesses, suas dificuldades, suas dúvidas, como se relacionam com os objetos de conhecimento, etc. Mel Aisncown (ano 1998, p. 207) sugere a escrita de um diário com os seguintes itens: - idéias que o professor

gostaria de lembrar; questões em que precisa pensar; sugestões para acompanhamento subsequente, entre outros.

Esses registros permitirão a composição de um documento com grande quantidade de informações importantes para a avaliação da aprendizagem em processo, para o planejamento e intervenção sistemática e eficiente, com vistas ao atendimento às necessidades individuais dos alunos e ao aperfeiçoamento do ensino para todos.

A prática do registro fornece ao professor visibilidade do processo ensinoaprendizagem, transformando-se num instrumento de avaliação processual e serve como dispositivo para a discussão e readequação das práticas pedagógicas.

As idéias de Vygotsky podem contribuir para o desenvolvimento de práticas de avaliação mais construtivas, úteis e abrangentes que levem em conta, não somente os aspectos qualitativos dos processos de aprendizagem, como também, fatores que podem afetar diretamente a aprendizagem e desenvolvimento desse aluno.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que, apesar das mudanças ocorridas ao longo da história, as mesmas não foram suficientes para uma nova configuração social, cultural, política e econômica capaz de favorecer a humanidade como um todo, capaz de salvaguardar o que de mais específico temos na espécie humana: a diversidade e o viver em coletividade de fato.

A inclusão, modelo assumido política e socialmente para atendimento e educação de todos, necessita além dos passos já dados, que culminaram em documentos e na legislação que a apoia, de ações efetivas dos responsáveis pela efetivação de políticas, incluindo cada um de nós, que atuamos em diferentes instâncias da sociedade.

O reconhecimento de que somos protagonistas da história é um passo importante; assim como também é importante percebermos nossas ações, omissões e interações nos diferentes espaços de construções coletivas, como é o caso da escola.

A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim, sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conferência Mundial de Educação para todos. Ministério da Educação e Cultura – MEC, Brasília: Gráfica do Senado, 1990.

_____, Declaração de Guatemala. Brasília: MAS/CORDE, 1995

_____, Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: CORDE, 1995

_____, Declaração de Salamanca e linha de ação – sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MAS/CORDE, 1994.

_____, Decreto 3298. Brasília, 1999.

_____, Decreto 3956. Brasília, 2001.

_____, Constituição da República